



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 33 | Jul./Dez. de 2025

# PISTEMOLOGIAS INSURGENTES REESCREVENDO O CÂNONE A PARTIR DE VOZES NEGRAS.

## RESUMO

O artigo apresenta e discute aspectos de vanguarda das obras de Anténor Firmin, Manuel Querino, W. E. B. Du Bois e Zora Neale Hurston — obras sistematicamente silenciadas no cânone das ciências sociais por critérios racistas de legitimação do conhecimento. A trajetória intelectual e política desses autores é analisada a partir das noções de racismo epistêmico, epistemicídio, colonialidade do saber e geopolítica do conhecimento em um esforço de desembranqueamento da antropologia e do pensamento social.

**Palavras-chave:** Antropologia negra; Pensamento social negro; Racismo epistêmico.

## ABSTRACT

The article presents and discusses the avant-garde aspects of the works of Anténor Firmin, Manuel Querino, W. E. B. Du Bois, and Zora Neale Hurston — works that have been systematically silenced in the canon of the social sciences by racist criteria of knowledge legitimization. The intellectual and political trajectories of these authors are analyzed through the lenses of epistemic racism, epistemicide, coloniality of knowledge, and the geopolitics of knowledge, as part of an effort to de-whiten anthropology and social thought.

**Keywords:** Black anthropology; Black social thought; Epistemic racism.

## Introdução

As discussões feitas neste artigo partem da questão “como ler o cânone antropológico?” e seguem a direção de possibilitar a mim e aos leitores conhecer e compreender perspectivas de intelectuais negros raramente lidos nos cursos de ciências sociais. O artigo reflete, sobretudo, o meu esforço de aproximação a uma “antropologia negra” cuja motivação mais profunda é a de amenizar a “(de)formação de uma trajetória acadêmica embranquecida” (Basques, 2022).

Ao longo do texto, busco indicar pontos que revelam a contribuição que eles fizeram à antropologia, uma jovem antropologia nos seus movimentos iniciais de institucionalização. Os temas abordados passam pela a) contestação pioneira de Anténor Firmin das bases morais e pseudocientíficas da antropologia do fim do século XIX; b) crítica de Manuel Querino ao racismo científico e reconhecimento do protagonismo dos africanos na formação da sociedade brasileira; c) análise sociológica de W. E. B. Du Bois sobre o preconceito de cor e sobre a questão do negro como um problema social na sociedade estadunidense; e d) originalidade com que Nora Hurston aborda as mesmas questões de Du Bois e apresenta uma sensibilidade e estética que suscitam outros modos de fazer antropológico, rompendo com hábitos colonizantes da pesquisa etnográfica e sugerindo formas mais humanas, sensíveis e criativas de interlocução e escrita.

No primeiro contato com esses autores fica evidente que suas trajetórias de vida e como intelectuais são atravessadas pelo racismo e pela colonialidade. As publicações tardias de trabalhos finalizados há décadas como é o caso do “*Barracoon*” de Hurston, concluído em 1931 e publicado em 2018, e do “*De l’Égalité des races humaines*” de Firmin, publicado originalmente em 1889 e em uma nova edição em francês apenas em 2004, são exemplos disso. Além do que são recorrentes passagens nos seus textos em que demonstram preocupação em comprovar rigor metodológico e buscam se explicar quanto aos seus posicionamentos destoantes a fim de assegurar a legitimidade do que dizem. Pode-se mapear diferentes ocasiões em que parecem estar se desculpando e buscando demonstrar que suas perspectivas são válidas apesar de serem suas, isto é, de pessoas negras, e de serem dissonantes das hegemônicas com que debatiam.

A partir dessa percepção, e do reconhecimento de que esses autores e suas contribuições continuam desconhecidos para a maioria dos estudantes de ciências sociais (Basques, 2022), me valho das chaves interpretativas da colonialidade do saber (Quijano, 2000 [1992]), da geopolítica do conhecimento (Mignolo, 2003), do racismo epistêmico (Grosfoguel, 2007) e do epistemicídio (Carneiro, 2005) para pensar porque a leitura daqueles considerados clássicos é tomada como indispensável e a contribuição de pessoas negras é ausente na memória de tantos cientistas sociais e na história embranquecida da antropologia.

## **O PIONEIRISMO INTELECTUAL DE ANTÉNOR FIRMIN E MANUEL QUERINO NA DESCONSTRUÇÃO DO RACISMO CIENTÍFICO**

A seguir apresento em linhas gerais o papel pioneiro de Anténor Firmin e Manuel Querino na contestação do racismo científico, na defesa da igualdade racial e no desmonte das ideologias racistas predominantes no século XIX. Enquanto Firmin, no Haiti, confrontava diretamente o paradigma racista europeu, especialmente as ideias de Arthur Gobineau, Querino, no Brasil, refutava as teses racialistas de Nina Rodrigues, destacando o protagonismo dos africanos e afrodescendentes na formação da sociedade brasileira. Ambos ofereceram respostas contundentes às concepções racistas da época, argumentando que as teorias sobre a desigualdade das raças eram construções ideológicas utilizadas para justificar a manutenção da exploração de pessoas negras.

Anténor Firmin (1850-1911) foi um advogado, jornalista, político e antropólogo haitiano que pronunciou a ilegitimidade da doutrina da desigualdade das raças, amplamente aceita durante a época em que viveu, indicando que os argumentos que estavam na base da hierarquização das raças tratavam-se de postulações pretensamente científicas que “ajudaram a dar ao racismo estatuto de ciência e serviram de base para o estabelecimento de políticas racistas e eugenistas” (Castro, 2022, p. 31).

O livro *“De l’Égalité des races humaines”* (1885) de Firmin é uma resposta ao *“Essai sur l’inégalité des races humaines”* (1853) do diplomata francês Arthur Gobineau. O ensaio de Gobineau é uma das principais referências do pensamento racista reunindo os pressupostos que estavam na base do dogma da “desigualdade nata, original, nítida e permanente entre as raças” (Firmin,

1885, p. 35). Nas quase 700 páginas do “Da igualdade das raças humanas”, Firmin denuncia o racismo presente no paradigma racialista questionando os experimentos vagos e procedimentos controversos que explicam a escala hierárquica do caucasiano ao etíope e seus congêneres.

O antropólogo haitiano argumenta que a opinião generalizada sobre a desigualdade e hierarquia incontestada das raças está assentada na antiga busca de argumentos para defesa da ideia e da prática de exploração de um ser humano pelo outro. Nesse sentido, a divisão e hierarquização dos povos em raças distintas não se legitima, como se pretendia na época, pelos dados apresentados nas obras dos naturalistas do século XVIII ou pelas teorias da antropologia positivista, mas se apoia na mesma estratégia que esteve na base de diferentes processos de escravização — a de “fazer do escravo um ser inferior aos outros membros da humanidade” (Firmin, 1885, p. 38). Segundo Firmin (1885), a concepção do escravo como um sujeito cuja personalidade é incompleta e aquém foi a forma de legitimar a instituição da escravidão no direito romano e continuou sendo a tática presente na escravização dos povos africanos e nas teorias do racismo científico. A ideia da existência de raças inferiores e superiores se dá, portanto, em função de assegurar aos últimos o direito de submeter os primeiros à servidão.

A contribuição intelectual de Firmin está intimamente associada à sua luta contra a escravidão e pela liberdade no Haiti. O antropólogo atribui os impasses para o desenvolvimento da nação haitiana à “desacertada crença que se tem de sua inferioridade” (Firmin, 1885, p. 5). Ele esperava, como diz no “Prefácio” do “Da igualdade”, que o seu trabalho pudesse contribuir para que o povo haitiano se livrasse da imputação injusta que lhe foi atribuída e superar os efeitos contrários ao desenvolvimento da nação decorrentes dos “preconceitos estúpidos e antagonismos malignos” produzidos pela doutrina da desigualdade das raças.

Precursor da antropologia no Haiti, Firmin foi um dos primeiros antropólogos negros, tendo apontado a incoerência dos europeus que protestavam contra a imoralidade da escravidão mas consentiam com a subvalorização da raça negra e tendo condenado o despotismo civil e político que substituiu a escravização. Firmin (1885, p. 6) adiantava que “a liberdade de movimento aos pés e às mãos” é insuficiente para o florescimento de um povo e

que, contra a escravidão moral que sufoca o pensamento e a alma, era preciso criar condições para uma liberdade real e efetiva que se tornaria possível quando as pessoas no Haiti e no mundo se tornassem incrédulas sobre a desigualdade entre as raças e a inferioridade congênita dos negros.

Apesar do pioneirismo no desmonte do racismo científico e da influência que exerceu sobre antropólogos como Jean Price-Mars (considerado o fundador da etnologia haitiana), Firmin é um dos antropólogos negros esquecidos na história da antropologia. Bem diferente do reconhecimento que teve Franz Boas (1858-1942) ao atacar o estatuto supostamente científico do racismo foi a aceitação de Firmin e das suas contribuições à antropologia. Firmin se tornou membro da Société d'Anthropologie de Paris, enquanto estava exilado na França por conta da sua atuação política, no mesmo ano em que foi publicada a segunda edição do livro de Gobineau. A cor da pele, o posicionamento epistemológico contrário à antropologia racista da época e a recusa do projeto político colonial francês fizeram com que ele fosse tratado entre seus pares com frieza e distanciamento e que sua obra vivesse um longo período de silenciamento na antropologia, vindo a ser traduzida para o inglês apenas nos anos 2000 e a ser publicada em uma nova edição na França só em 2004 (Castro, 2022).

Ao buscar esclarecer as bases gerais do argumento sobre a hierarquização das raças, Firmin antecipa a denúncia do racismo epistêmico e a colonialidade do saber entre os antropólogos. Não importa o quanto se investigue e discuta uma questão, ele diz, a esse esforço será atribuída incapacidade discursiva se levar a conclusões contrárias à opinião da corrente científica hegemônica. Esse “espírito de escola” que surge como efeito de um intelectual profusamente reconhecido tomar uma certa direção teórica conferindo-lhe procedimentos metodológicos específicos foi um dos entraves à superação da antropologia racista na época e é o que atrasa a atualização das disciplinas científicas como um todo, fazendo com que perspectivas contra-hegemônicas como as de Firmin sejam legadas ao esquecimento ou, ainda, como ele diz, nem sejam articuladas e defendidas teoricamente pelo descrédito esperado ao se oporem às teorias estimadas naquele momento histórico (Firmin, 1885, p. 40).

Contemporâneo de Antenor Firmin, Manuel Raymundo Querino (1851-1923), homem negro nascido livre em Santo Amaro da Purificação, Bahia, ainda

na vigência da escravização no Brasil, também teve um papel fundamental em desbancar o racismo pseudocientífico do Conde de Gobineau que, no contexto brasileiro, foi endossado e disseminado no campo antropológico principalmente pelo médico-legista Nina Rodrigues. Manuel Querino foi escritor, professor e militante abolicionista, e desempenhou um papel notório em instituições baianas como a Escola de Belas Artes e o Instituto Geográfico e Histórico.

Assim como Firmin, Querino é um dos primeiros homens do seu país a se opor à ideologia da inferioridade biológica dos negros e à antropologia racista produzida por uma elite intelectual branca e eurocentrada fundamentada no positivismo, no darwinismo social, no determinismo geográfico e no pessimismo racial. “O colono preto como fator da civilização Brasileira” (1918), uma das principais obras de Querino, também é uma resposta contundente à ideologia de Gobineau. Publicada após o fim da escravatura, ela representa o esforço pelo qual Querino é descrito nos estudos biográficos sobre ele: o de demonstrar o protagonismo dos africanos e dos afrodescendentes na formação do Brasil (Burns, 1974).

Dispondo de uma trajetória improvável para uma pessoa negra no Brasil oitocentista, sua importância e arrojo evidenciam-se quando o contextualizamos no seu tempo, um em que a miscigenação era lida através do gobinismo, produzindo entre os brasileiros uma vergonha latente da ancestralidade mestiça. É nesse cenário que Querino subverte a visão hegemônica sobre a colonização e apresenta, através do “O colono preto”, as pessoas africanas e afrobrasileiras na condição de colonizadoras — o argumento é que elas são colonas no sentido de produtoras de vida, cultura e história na civilização brasileira e não apenas um instrumento passivo do trabalho ou uma mercadoria dos senhores brancos.

A tese do ensaio de Querino é que a colonização do Brasil teria sido impossível sem o colono preto, tendo ele um papel imprescindível nas expedições bandeirantes, na agricultura, na mineração e na economia que não poderia ter sido desempenhado pelos portugueses — sujeitos metropolitanos, violentos, avessos à artes de ofício, à comunicação, à indústria. A dimensão do trabalho ilustrada pelas diferentes vocações dos africanos, associada aos elementos de ordem, ética e justiça, tem destaque na sua análise. As instituições científicas, as letras, as artes, o comércio, a indústria etc. são fruto do trabalho do negro — “o herói do trabalho em todas as aplicações úteis e proveitosa”

(Querino, 1918, p. 156). Querino atribui a prosperidade do Brasil ao talento do mestiço e afirma que é o colono preto a principal fonte de riqueza econômica e de organização social.

Em um momento em que se buscava branquear a imagem do Brasil e sua história, Querino insere a discussão sobre a negritude como fator de civilização nacional. Ele inverte a lógica dominante ao caracterizar como anti-civilizatória a participação do português na colonização do Brasil em contraste com a participação dos africanos e afrobrasileiros através das suas diversas vocações, conhecimentos, técnicas e moralidade. Nesse sentido, o negro brasileiro é retratado menos como um africano desterrado e mais como um fundador da nacionalidade — uma imagem na contramão do paradigma positivista e racista de Nina Rodrigues e outros que alegavam ser a mestiçagem um fenômeno desfavorável na construção da nação. Querino rejeitou a ideologia do braqueamento e, mais do que se opor à ideia da miscigenação como causa de degeneração sociocultural, atribuiu a força da miscigenação brasileira ao fato de ter no negro o seu vetor principal.

Diante de uma historiografia que atenuava a realidade dramática vivida pelos escravizados durante e após a escravização e omitia seu papel na abolição, Querino descreve cenas de tórrida violência sofrida pelos afrodescendentes e aponta suas estratégias de resistência coletiva e os diversos levantes promovidos por eles como parte essencial do fim da escravatura. Outro aporte significativo que realizou para a historiografia brasileira foi a de registrar biografias de artistas negros e mestiços anônimos como faz em “As Artes na Bahia” (1909) fornecendo uma perspectiva inédita das vidas de pessoas negras e operárias. Embora não seja devidamente reconhecido por isso, Querino também fez uma contribuição decisiva à nascente antropologia brasileira ao desenvolver trabalhos de natureza etnográfica antecipadamente no Brasil. Os seus estudos sociais, baseados em etnografias de diferentes aspectos do cotidiano e em análises históricas, o levou a produzir um amplo e inédito levantamento de obras e outras contribuições de pessoas negras à cultura brasileira (D’Amato, 2023).

Querino se destaca também por se deslocar dos debates racialistas que estavam em pauta no Brasil, discutindo a questão racial como um problema social em vez de atribuir à raça, como fazia os racialistas, um papel heurístico

na história. Em um momento em que se discutia se negros e brancos possuíam as mesmas capacidades cognitivas de forma a viabilizar a aculturação, ele estava mais preocupado em demonstrar o papel fundacional das pessoas negras na constituição da civilização brasileira do que com os motivos que validariam a integração do negro na sociedade nacional.

Como parte da sua insistência para que a história nacional levasse em consideração a presença e influência dos africanos, estão diferentes aportes: suas pesquisas sobre a cultura afro-brasileira, seus registros biográficos de negros e mestiços, suas análises ensaísticas sobre o protagonismo dos afrobrasileiros no movimento abolicionista e mais. Pode-se dizer que, ao destacar a contribuição menosprezada dos africanos na formação do povo brasileiro e reinterpretar a história do Brasil, Querino reflete a autoconsciência da comunidade negra e apresenta uma nova abordagem sobre a diversidade racial do Brasil. “O colono preto” lembra o brasileiro da dívida histórica que têm com a África, os africanos e seus descendentes, e reivindica reconhecimento “pelos inestimáveis serviços que nos prestou, no período de mais de três séculos (...): “Quem quer que releia a história / Verá como se formou / A nação, que só tem glória / No africano que importou” (Querino, 1918, p. 157).

Anténor Firmin e Manuel Querino desbancaram o racismo científico, mas não deixaram de ser vítimas da geopolítica do conhecimento (Mignolo, 2003) e do racismo epistêmico (Grosfoguel, 2007) que privilegia o conhecimento produzido em determinados lugares geohistóricos e por sujeitos de determinada condição étnica-racial, os homens europeus e/ou norte-americanos brancos. Suas obras, cujo alcance é notavelmente menor do que as de seus contemporâneos brancos, passam a ser reconhecidas, em um movimento de des-embranquecimento da antropologia (Dias, 2021; Basques, 2022), como contribuições decisivas para a luta antirracista e para o reconhecimento do valor dos afrodescendentes na história da humanidade.

Manuel Querino foi recentemente homenageado pelo projeto Querino, um projeto jornalístico brasileiro lançado em 2022 como um podcast narrativo produzido pela Rádio Novelo e uma série de publicações na Revista Piauí. A Rádio Novelo recebeu o Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog em 2023 e o podcast foi nomeado pelo Prêmio Gabo um dos 10 melhores trabalhos jornalísticos em áudio de 2022. Inspirado na atuação do intelectual baiano e no

seu movimento de reinterpretação histórica, o projeto Querino coloca em perspectiva as narrativas históricas oficiais e lança um olhar afrocentrado sobre “a História do Brasil” mostrando alguns dos seus principais momentos, como a Independência e a Abolição, sob a ótica dos africanos e de seus descendentes.

## O PENSAMENTO DE W. E. B. DU BOIS NA VANGUARDA DA SOCIOLOGIA

Nesta seção o pensamento de W. E. B. Du Bois (1868-1963) é introduzido a fim de demonstrar sua centralidade no nascimento e desenvolvimento das ciências sociais. Isso se deve em função da decisiva contribuição de Du Bois para a reformulação do conceito de raça e para a ideia de que o racismo é uma construção social que impõe fronteiras sociais e psicológicas que incidem perversamente na identidade dos afro-americanos e tornam violentamente desiguais suas oportunidades. O contato com a obra de Du Bois torna nítido o quanto a compreensão sociológica do mundo pós-colonial é falha quando se subvaloriza o impacto do colonialismo e da escravização, algo que as ciências sociais continua a fazer ao excluí-lo do cânone sociológico.

W. E. B. Du Bois foi um sociólogo, historiador e escritor estadunidense. É amplamente reconhecido por suas contribuições ao entendimento das questões raciais nos Estados Unidos e em todo o mundo, e é frequentemente citado como um dos intelectuais e ativistas mais influentes do século XX. Apesar disso, apenas nas últimas décadas tem-se pensado sobre como sua obra colabora para “desvendar outro e enigmático percurso do desenvolvimento das ciências sociais, em especial da sociologia, na América” (Silvério *et al*, 2020, p. 336). Em 1895, em Harvard, Du Bois se tornou o primeiro afro-americano a obter um doutorado com a tese “The Suppression of the African Slave Trade to the United States of America, 1638–1870”, examinando rigorosamente a escravidão sob uma perspectiva histórica e sociológica.

“The Philadelphia Negro” (1899), conduzido por Du Bois sob encomenda da Universidade da Pensilvânia, foi o primeiro estudo sociológico de uma comunidade negra nos Estados Unidos, utilizando uma abordagem científica baseada em estatística para desafiar a ideia de que a pobreza, doença e privação enfrentadas pelos afro-americanos eram causadas por características biológicas. Durante o estudo, entre 1896 e 1897, Du Bois mapeou a estrutura

ocupacional e familiar da população negra no Sétimo Distrito da Filadélfia através de mais de 5.000 entrevistas pessoais, concluindo que os problemas enfrentados pela comunidade negra, como crime, pobreza e toxicodependência, eram reflexos de condições socioeconômicas adversas e não de alguma falha inerente ao caráter biológico dos negros.

Du Bois tem um papel fundamental na reformulação do conceito de raça ao destacar o impacto do racismo nas condições sociais de vida dos afro-americanos e os desafios inerentes ao que ele chama de “objetivo duplo”: escapar do desprezo e sobreviver a partir de oportunidades limitadas e ambições circunscritas. No “The Philadelphia Negro” (1899), o autor demonstra como o preconceito de cor é uma força muito maior do que os cidadãos da Filadélfia assumiam que fosse, apresentando os resultados dos questionários e entrevistas que explicitam o impacto das atitudes das pessoas diante dos negros nos seus esforços em conseguir e manter um emprego, arcar com suas despesas, oferecer educação para os filhos e construir relacionamentos sociais.

Em “As Almas da Gente Negra” (1903), uma de suas principais obras, o sociólogo reforça que a violência da escravização foi substituída pela prisão do racismo em uma sociedade industrializada — nem a liberdade física pós abolição, nem o poder político adquirido com o direito ao voto, nem a possibilidade do estudo ou do treinamento técnico, concretizaram o ideal de liberdade que os afro-americanos esperavam realizar — e argumenta que o racismo sempre funcionou como um fator limitante de quaisquer perspectivas emancipatórias. Através de um conjunto de ensaios que retratam e analisam a trajetória, a cultura e a luta dos negros e negras nos Estados Unidos, o livro mostra como a sociedade estadunidense se reorganizou depois da guerra civil para reconstituir, sob novas bases, a subalternidade do povo negro. Nessa obra, o racismo é tratado através de uma compreensão existencial da situação do negro na sociedade americana. Du Bois considera a raça como uma condição existencial que se define pelo processo de formação das “almas” no qual operam múltiplas formas de dominação, violência e exploração econômica. E o racismo como um processo de formação de almas cindidas e despedaçadas, criando uma divisão interna que afeta profundamente a identidade e a autoimagem dos indivíduos.

Publicada na vigência das leis segregacionistas Jim Crow, “As Almas da Gente Negra” apresenta alguns dos pilares do seu pensamento que se tornaram conceitos fundamentais para a compreensão do racismo e da história dos Estados Unidos — como os de “linha de cor”, “véu” e “dupla consciência”. Esses conceitos oferecem uma estrutura analítica para compreender como o racismo se manifesta e é internalizado na sociedade e na psique dos indivíduos, mostrando o entrelaçamento da opressão social com a constituição das subjetividades negras. Através deles, ao tratar raça como condição existencial, pode-se dizer que Du Bois inaugurou o que mais tarde seria conhecido como “consciência negra” e o campo dos estudos sobre a branquitude.

“Linha de cor” é como o autor refere-se às barreiras invisíveis, mas poderosas, que estruturam a discriminação racial nos Estados Unidos pós-abolição. Mais do que uma metáfora, a linha de cor institui regramentos na vida social que ditam onde os negros podem ir, por onde devem caminhar, com quem podem interagir, como serão tratados etc., sendo a expressão concreta do racismo que se manifesta em cada aspecto do cotidiano, dos espaços físicos às interações interpessoais, e incide na experiência subjetiva dos negros como um lembrete persistente de sua subalternização e exclusão. O “véu” é a internalização da linha de cor, moldando a maneira como os negros veem o mundo e, inversamente, como são vistos. Enquanto a linha de cor separa negros e brancos no âmbito das relações e instituições sociais, o “véu” constrói visões de mundo distintas, onde, a depender da própria cor, apreende-se o mundo e interpreta a realidade de maneiras fundamentalmente diferentes. Segundo Du Bois (1903, p. 54), o véu obscurece a humanidade dos negros e impede que sejam vistos como verdadeiros americanos. Ele é paradoxal porque ao mesmo tempo em que limita a visão do negro no sentido de que toda experiência é lida pela questão da cor, permite uma espécie de clarividência racial. O véu conforma uma visão de mundo que, por um lado, enviesa a visão, e por outro lado revela a onipresença das dinâmicas intrínsecas às relações raciais, não permitindo que se ignore ou desconsidere a questão racial na conformação da sociedade e da experiência das pessoas nela, especialmente das pessoas negras.

A necessidade de os negros nos Estados Unidos entenderem e navegarem por dois mundos distintos — o de sua identidade negra e o da sociedade branca dominante — levou Du Bois (1903, p. 54) à ideia de “dupla

consciência": "uma sensação estranha (...) de estar sempre a se olhar com os olhos dos outros, de medir sua própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade". Aspecto fundamental da dupla consciência é a luta interna entre ser negro e ser americano, duas identidades que, sob o racismo estrutural, estão frequentemente em conflito, fazendo com que o reconhecimento de si como negro e como americano implique uma batalha diária na qual o senso próprio de identidade é continuamente desafiado e definido por estereótipos e preconceitos. Assim como a noção de "véu", a "dupla consciência" indica uma condição paradoxal que força o negro a desenvolver a habilidade de modular seu pensamento e comportamento de acordo com a situação, apreendendo o mundo tanto pela perspectiva negra quanto pela americana. Essa capacidade distintiva de ver o mundo de duas perspectivas é também uma constante fonte de angústia. O que valorizar realmente em um mundo que constantemente questiona sua humanidade? — "ele simplesmente deseja que alguém possa ser ao mesmo tempo Negro e americano sem ser amaldiçoado e cuspido por seus camaradas, sem ter as portas da Oportunidade brutalmente batidas na cara" (Du Bois, 1903, p. 54).

Du Bois integra um elemento dialético em sua análise, compreendendo a construção da identidade como um processo dialético onde a percepção do "eu" é profundamente influenciada por como o outro nos vê. Embora seja verdade que todo "eu" é construído dessa maneira, para o afro-americano e os sujeitos colonizados essa dinâmica é estruturante e exaustivamente cotidiana de sua experiência. A todo momento eles estão diante da tarefa involuntária de pensar como colonizados ou como si mesmos, e como efeito, de negociar identidades. Remetendo à herança do romantismo alemão e à filosofia nietzschiana, Du Bois sugere uma autoafirmação que não se restrinja à resignação ou revolta, propondo uma transcendência que leve à revelação da essência do "eu negro" onde a realização de si não seja contida pela linha de cor e pelo véu: "A história do negro americano é a história dessa luta: esse anseio por atingir a humanidade consciente, por fundir sua dupla individualidade em um eu melhor e mais verdadeiro" (Du Bois, 1903, p. 54). Superar o descrédito em si mesmo e o rebaixamento dos próprios ideais através do enfrentamento da atmosfera social

de desprezo e ódio é, no pensamento e na vida de Du Bois, um trabalho fundamentalmente intelectual e político.

Nesse sentido, a perspectiva ativista da trajetória intelectual e política de Du Bois merece destaque. Além da sua imensa contribuição intelectual através dos inúmeros trabalhos publicados e da docência na Atlanta University, ele esteve à frente do Niágara Movement, o movimento precursor da National Association for the Advancement of Colored People, uma das mais importantes organizações negras da história americana, e do primeiro Pan-African Congress, realizado em Paris em 1919. A luta contra o colonialismo europeu no cenário de disputa em torno da reestruturação do mundo após a I e II Guerras Mundiais através da sua posição enfática contra a intervenção americana no Haiti e a exploração econômica na Libéria são expressões do seu ativismo político. No campo intelectual, a atuação de Du Bois foi essencial para a desconstrução da noção biologizante de raça para uma perspectiva de diferenciação cultural e para o reconhecimento da importância da África e da diáspora africana na história global. Du Bois se comprometeu em identificar e divulgar o que os próprios negros pensavam dos problemas sociais que enfrentavam e da atitude do mundo em relação a eles, contribuindo para um pensamento em curso, em fase de unificação e consolidação em centros fora da Europa, principalmente nos Estados Unidos, no Caribe, na África do Sul e África Ocidental (Silvério et al, 2020).

Apesar de tudo isso, o reconhecimento de W. E. B. Du Bois como um dos maiores intelectuais do século XX, e um dos fundadores da sociologia, é controverso. A projeção que teve como um dos principais críticos sociais e teóricos da questão racial não o deixou imune à sinha de todo intelectual negro — ser reduzido a um intelectual negro, especialmente no Brasil. Apesar de suas contribuições para a compreensão da constituição material e espiritual da sociedade contemporânea, seu corpus teórico e científico foi excluído do cânone sociológico brasileiro. A história dessa exclusão revela como as ideologias econômicas e políticas ocidentais, incluindo as mais progressistas, não são isentas do racismo presente no apagamento das perspectivas intelectuais de negros. A homenagem recebida na Universidade de Berlim em 1958 que lhe concede o grau de Doutor em Economia (*honoris causa*) e o recente desvendamento da negação de Du Bois como fundador da sociologia são

marcos da sua reabilitação como figura central do pensamento político pela sua contribuição ao movimento dos direitos civis e erosão do arcabouço segregacionista norte-americano bem como para o desenvolvimento do pan-africanismo e descolonização do continente africano (Silvério et al, 2020).

## A SUBVERSÃO LITERÁRIA E ANTROPOLÓGICA DE ZORA NEALE HURSTON

Zora Neale Hurston e Du Bois foram contemporâneos e amigos, pertenceram ao movimento cultural e artístico do Harlem e ambos trataram em suas obras de como se perceberam pessoas de cor, convergindo nos temas a que se dedicaram, mas apresentando respostas de estilos e tons diferentes. “Como é a sensação de se sentir um problema?” é uma das perguntas geradoras de “As almas da gente negra” (1903); “Como eu me sinto uma pessoa de cor” (1928) dá nome a um dos ensaios fabulosamente irreverentes de Huston. Du Bois descreve a experiência de ser negro e americano como uma luta entre ideais irreconciliáveis causadora de uma devastação interna, levando muitos a se envergonharem de si mesmos. Zora rejeita uma visão trágica sobre a identidade racial, expressando nos textos sua individualidade de maneira afirmativa e subversiva e sua preocupação em viver plenamente a sua condição, “além de qualquer raça ou tempo”, permanecendo essencialmente ela mesma.

Ao dizer “Eu nem sempre me senti uma pessoa de cor. (...) Me sinto mais como uma pessoa de cor quando sou jogada contra um afiado cenário branco” é nítida a sua consciência da “linha de cor” e do “véu” que separa o mundo branco e negro. Zora reconhece a “dupla consciência” sobre a qual Du Bois teorizou, e a aborda como alguém que a transcende, vivendo simultaneamente como negra e americana, sem perder sua individualidade ou ter fraturada sua alma:

Além das águas do Hudson, eu sinto minha raça. Entre os milhares de brancos, eu sou uma pedra escura que emerge, invadida por um mar cremoso. Eu sou invadida e varrida, mas no meio disso tudo, permaneço eu mesma. (Hurston, 2021 [1928], p. 49)

Eu não tenho sentimentos separados sobre ser uma cidadã norte-americana e de cor. Eu sou meramente um fragmento da Grande Alma que surge dentro das fronteiras (Hurston, 2021 [1928], p. 51)

Assim como Du Bois, Zora destaca o custo à sociedade de os estudos sociais e a literatura não retratar a pessoa negra como uma pessoa comum, referindo-se a ela sempre como “um problema mais ou menos interessante”. Os seus trabalhos tratando dos negros de classe média, de seus relacionamentos afetivos e amorosos, de suas paixões artísticas e de seu cotidiano, muitos deles rejeitados para publicação, são um convite para reconhecer a longa trajetória trilhada pelos afroamericanos desde a escravização e para considerá-los para muito além de “um problema social”. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se insere do debate sobre a integração social da população afrodescendente, Zora chama atenção para suas subjetividades e para pensá-la em um lugar de normalidade dentro da vida social. Mas apesar do brilhantismo literário que a consagrou como “uma das principais expoentes da literatura norte-americana do século XX” (Basques, 2021, p. 103), a sua proposta de retratar histórias realistas em torno de um “negro médio, esforçado e não-mórbido”, a fim de gerar entendimento de sobre como eles são penetrados pela civilização ocidental, e descentrando a questão da luta racial, enfrentou imensa resistência por parte dos editores brancos.

No ensaio “O que os editores brancos não publicarão” (2019 [1950]), Zora lamenta a falta de interesse em publicações que desafiam os estereótipos cristalizados no imaginário norte-americano sobre a pessoa negra e critica as políticas editoriais que se reduziam a retratá-la de modo superficial, pitoresco ou extraordinário. Hurston ecoa o ponto de vista de Du Bois (1903, p. 61) sobre a liberdade ainda almejada — “a liberdade da vida e do corpo, a liberdade de trabalhar e pensar, a liberdade de amar e aspirar” — questionando a falta de curiosidade dos anglo-saxões em relação às vidas e emoções dos negros, argumentando que para uma representação adequada das minorias é necessário romper com práticas editoriais da época e violar um grande princípio da arte nacional (Hurston, 2019 [1950]). O ponto é que, como bem sabia Zora, a falta de interesse do mercado literário pelos romances retratando como vivem e se comportam um médico, empreendedor ou oficial de seguros negro reflete o terror covarde da sociedade branca em encarar “o segredo mais bem guardado dos Estados Unidos” de que não existe nenhum princípio biológico ou psicológico que legitime a desigualdade racial e “o sentimento de diferença que inspira o medo e que sempre se expressa em desgosto” (Hurston, 2019 [1950], p. 110).

“Somos iguais, mas apenas até certo ponto” é o pensamento que explica a “falta de literatura sobre as emoções mais elevadas e a vida amorosa dos Negros e das minorias, em geral” (Hurston, 2019 [1950], p. 107).

Além de catalisar um novo paradigma para o negro norteamericano que implodia os discursos racistas e as representações estereotipadas, Zora criou uma nova estética para a pesquisa etnográfica como se pode ver em *“Barracoon: The Story of the Last ‘Black Cargo’”*. “Olulalê Kossola: As palavras do último homem negro escravizado” (2021), a tradução do *“Barracoon”*, destaca-se por subverter as práticas tradicionais da etnografia ao colocar Kossola, também conhecido como Cudjo Lewis, no centro da narrativa reconhecendo-o como autor e não como um nativo ou informante. Em vez de se intrometer com interpretações ou seguir uma agenda rígida de pesquisa, Zora permite que Kossola conte sua história do seu próprio jeito, respeitando seu ritmo e a forma como deseja narrar suas experiências (Plant, 2021), refletindo uma sensibilidade de aproximação ao campo e sujeito da pesquisa que contrasta com métodos mais intrusivos como os praticados pela antropologia americana e britânica da época.

Não que a antropóloga desapareça do texto se limitando ao papel de observadora; é que ela se insere na narrativa menos como “a antropóloga estudada e inquiridora ou a etnógrafa investigativa ou a autora” (Plant, 2021, p. 19) e sim através da experiência vivida, e compartilhada com o leitor, em lidar com os desafios da pesquisa etnográfica: a lenta inserção no campo e recepção pelo seu interlocutor, os movimentos que faz para se adaptar à agenda dele e deixá-lo confortável para compartilhar sua história, as brechas que encontra para retomar caminhos dos quais seu interlocutor se desviou no fluxo do seu próprio processo narrativo. A narrativa é contada em primeira pessoa, mantendo a oralidade e autenticidade da fala de Kossola. Zora transcreve suas palavras com precisão, respeitando sua dicção vernacular e expressões idiomáticas, produzindo “um texto escrito que mantém a oralidade da palavra falada” (Plant, 2021, p. 18). Esse e outros aspectos faz de “Olulalê Kossola” um trabalho pioneiro que exemplifica como a etnografia pode ser conduzida com respeito à voz e à história do interlocutor, em um processo de correspondência, polifonia e autoconhecimento (Basques, 2021).

Zora realizou seus estudos de pós-graduação sob a orientação de Franz Boas, na Universidade de Colúmbia, e em 1935 obteve o título de PhD em Antropologia. Nessa mesma época foram publicados os “Padrões de Cultura” (1934) de Ruth Benedict e “Sexo e Temperamento” (1935) de Margareth Mead, também orientadas de Boas. O que explica o fato de que Benedict e Mead são profusamente lidas nos cursos de antropologia, enquanto Hurston continua desconhecida pela maioria dos estudantes das ciências sociais, mesmo sendo autora de uma etnografia campeã de vendas como o *“Barracoon”*?

Basques (2021, p. 28) recupera uma carta de Hurston enviada a Franz Boas, em 1934, onde ela o convida a prefaciar a publicação de sua tese “Mules and Men” justificando a sua decisão de manter a oralidade e linguagem própria de seus interlocutores: “(...) espero que o assunto não científico que deve estar aí para o bem do leitor médio não o impeça de escrever a introdução. Acontece que as conversas e os episódios são verdadeiros. Mas é claro que eu nunca os teria colocado para que os cientistas os lessem”. Em outra carta, enviada ao amigo e escritor Langston Hughes, em 1929, ela falava sobre a sua preocupação com relação a um de seus manuscritos em “não deixar buracos para que a multidão científica nos pise e nos rasgue” (Hurston, 1929 citado por Basques, 2021). A resistência enfrentada por Zora no campo científico pelas suas escolhas etnográficas, a rejeição do seu estilo literário pelo mercado editorial, o engavetamento de seus manuscritos, a falta de financiamento para suas pesquisas antropológicas, o seu sepultamento como indigente em uma cova comum e sem identificação, mais um sem fim de situações que poderiam ser mencionadas, expressam a colonialidade do saber que subalterniza e invisibiliza a multiplicidade de conhecimentos, e suas formas de produção, que não responde às referências associadas à ciência convencional, ao discurso hegemônico e ao cânone disciplinar (Restrepo e Rojas, 2010).

“Onde Zora estaria localizada no campo da antropologia se seu corpo fosse outro? Se não fosse negra, nem mulher?” Essa pergunta, feita por Santos e Rodrigues de Paula (2023), aponta para o processo continuado de produção de indigência cultural sobre corpos colocados às margens da produção do conhecimento conceituado por Sueli Carneiro (2005) como epistemicídio. Frequentemente, antropólogas como Zora têm o seu trabalho desqualificado e discurso descredibilizado sob o argumento de serem políticos demais. Não é

porque são irrelevantes que caem no esquecimento, mas porque a sua produção epistêmica e artística desestrutura a lógica de operação hegemônica dos contextos em que se inserem.

A disparidade de alcance na antropologia e nas ciências sociais de autores como Firmin, Querino, Du Bois e Hurston, quando comparados com Malinowski, Boas, Benedict e Mead, por exemplo, não pode ser considerada resultado de diferenças epistemológicas e culturais *lato sensu*. As dinâmicas de hierarquização, subalternização e supressão que qualificam a relação das suas obras com os currículos, as aulas, outros atores e textos acadêmicos etc. fazem parte das configurações históricas do mundo colonial/moderno fundamentado na colonialidade do poder e na diferença colonial (Mignolo, 2003) que, por sua vez, se assentam na ideia de raça (Grosfoguel, 2007). O reposicionamento desses autores na história das disciplinas em que se inseriram através do esforço devotado de acadêmicos contemporâneos, os reconhecimentos institucionais e homenagens tardios que receberam, a inserção recente das suas obras nas ementas dos cursos de graduação e pós-graduação etc. refletem um movimento incipiente de decolonialidade do saber que torna visível o agenciamento intelectual e político da diferença racial e colonial realizado por eles e seus porta-vozes atuais e que reivindica o direito de existência, a afirmação de credibilidade e o potencial de transformação social de conhecimentos historicamente subalternizados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A desumanização de povos africanos e de afrodescendentes durante e após a escravização foi um dos capítulos mais dramáticos da existência humana, deixando uma terrível herança de espólio cultural, desigualdade social e violência discriminatória. Através de uma atuação intelectual e política contra-hegemônica em contextos sociais hierarquizados pela ideia de raça, Firmin, Querino, Du Bois e Hurston se comprometeram a devolver a humanidade sequestrada às pessoas negras nas Américas visibilizando, através dos seus trabalhos, o imenso legado epistêmico, cultural e artístico africano e afro-americano.

Esses autores forneceram quadros teóricos e analíticos que permanecem relevantes na contemporaneidade na luta antirracista e na realização da justiça

racial na sociedade ocidental como um todo e também no mundo acadêmico. A leitura afrocentrada da formação do Brasil apresentada por Querino, os conceitos de “véu” e “dupla consciência” de Du Bois, a polifonia e o entrelaçamento entre literatura e etnografia no trabalho de Zora, entre outras contribuições, são referências poderosas alternativas às possibilidades negadas pelo racismo acadêmico. Além de ferramentas críticas capazes de apoiar estratégias criativas de resistência para grupos marginalizados ou trabalhos subversivos, suas obras, construídas nas fronteiras da diferença colonial, são fundamentais na redistribuição geo-corpo-política da produção do conhecimento e para tornar possível uma descolonização intelectual das ciências sociais.

A leitura desses autores evidencia que a produção de conhecimento no mundo é muito mais ampla e variada do que as tradições científicas, com os seus “espíritos de escola”, limitada aos cânones da epistemologia ocidental, reconhecem. Para combater o desperdício dessa riqueza e abundância intelectual é preciso tornar visível a diversidade epistêmica ocultada pela colonialidade do saber, lhe conferir credibilidade e se comprometer com uma atitude intelectual vigilante diante dos processos de silenciamento e descrédito implícito aos cânones. Zora (2019 [1950], p. 10) antecipou esse apelo se posicionando diante dos editores brancos: “um grande princípio da arte nacional precisa ser violado”. O mesmo se pode dizer em relação à prática e ao ensino de antropologia e ciências sociais. É preciso uma revisão corajosa dos currículos e das abordagens de pesquisa, reavaliando o que vale a pena continuar sendo considerado canônico nas disciplinas. Para uma atualização genuína que enfrente o racismo epistêmico e o epistemocídio negro precisaremos do impulso insubordivável de Zora — que o seu espírito nos encoraje!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Prefácio. In: DU BOIS, W. E. B. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

BASQUES, Messias. Introdução à edição brasileira. In: HURSTON, Zora Neale. **Olualê Kossola: as palavras do último homem negro escravizado**. Rio de Janeiro: Record, 2021. p. 23-31.

BASQUES, Messias. Vozes negras na antropologia: breve história de um projeto antirracista. **Novos Debates**, v. 8, n. 2, p. 1-24, 2022.

BURNS, Edward Bradford. Manuel Querino's interpretation of the African contribution to Brazil. **The Journal of Negro History**, v. 59, n. 1, 1974.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2005.

CASTRO, Celso (Org.). Anténor Firmin e a igualdade das raças humanas. In: \_\_\_\_\_. **Além do cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2022. p. 31-34.

D'AMATO, Andréa Silva. Manuel Querino. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2023.

DIAS, Luciana de Oliveira. Circuitos antropológicos: por uma Antropologia Negra no Brasil. **Novos Debates**, v. 7, n. 2, p. 1-15, 2021.

DU BOIS, W. E. B. [1903]. **As almas da gente negra**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

DU BOIS, W. E. B. [1899]. Preconceito de cor. In: CASTRO, Celso (Org.). **Além do cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2022. p. 63-78.

FIRMIN, Anténor. [1885]. Prefácio. In: **Da igualdade das raças humanas: antropologia positiva**. Redenção: UNILAB, 2021. Tradução online. 7 p. (Curso “Vozes Negras na Antropologia”).

FIRMIN, Anténor. [1885]. Hierarquização fictícia das raças humanas. In: CASTRO, Celso (Org.). **Além do cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2022. p. 35-41.

GROSFOGUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007.

HURSTON, Zora Neale. Correspondência (30 abr. 1929). Destinatário: Langston Hughes. In: KAPLAN, A. **Zora Neale Hurston: a life in letters**. New York: Doubleday, 2002. p. 245-246.

HURSTON, Zora Neale. O que os editores brancos não publicarão. **Ayé: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 1, p. 106-111, 2019.

HURSTON, Zora Neale. Como eu me sinto uma pessoa de cor. In: **Ayé**, edição especial: Fire!!! Textos escolhidos de Zora N. Hurston. 2021. p. 45-53.

HURSTON, Zora Neale. **Olualê Kossola: as palavras do último homem negro escravizado**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

PLANT, Deborah G. Introdução. In: HURSTON, Zora Neale. **Olualê Kossola: as palavras do último homem negro escravizado**. Rio de Janeiro: Record, 2021. p. 12-20.

QUERINO, Manuel Raimundo. [1918]. O colono preto como fator da civilização brasileira. **Afro-Ásia**, n. 13, p. 143-158, 1980.

QUIJANO, Aníbal. [1992]. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 117-142.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. Colonialidad del saber y geopolíticas del conocimiento. In: **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán: Samava, 2010.

RODRIGUES DE PAULA, Rafaela; SANTOS, Steffane Pereira. Insubmissos modos do fazer etnográfico de Zora Neale Hurston. **Zabelê**, v. 4, n. 2, p. 40-53, 2023.

SILVÉRIO, Valter Roberto et al. Racismo acadêmico e formação das Ciências Sociais na América: W.E.B. Du Bois e a interseccionalidade entre ciência e política. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 32, p. 333-366, 2020.

---

**Juliana Mota Diniz**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia com enfoque em Antropologia. Possui formação complementar e experiência profissional nas áreas de Antropologia, Educação, Sustentabilidade e Agroecologia. Trabalhou como professora de Sociologia na educação formal, como extensionista rural junto à Agricultura Familiar e comunidades tradicionais e atua hoje como consultora de projetos socioambientais e de desenvolvimento local. Atualmente pesquisa sobre etnoconservação, socioambientalismo e populações tradicionais e atua como educadora e consultora no Instituto de Desenvolvimento Regenerativo, do qual é sociofundadora, apoiando projetos e organizações na realização de um papel regenerativo nos territórios e economias locais.

**Curriculum Lattes:**

<http://lattes.cnpq.br/4030415992465550>

---